



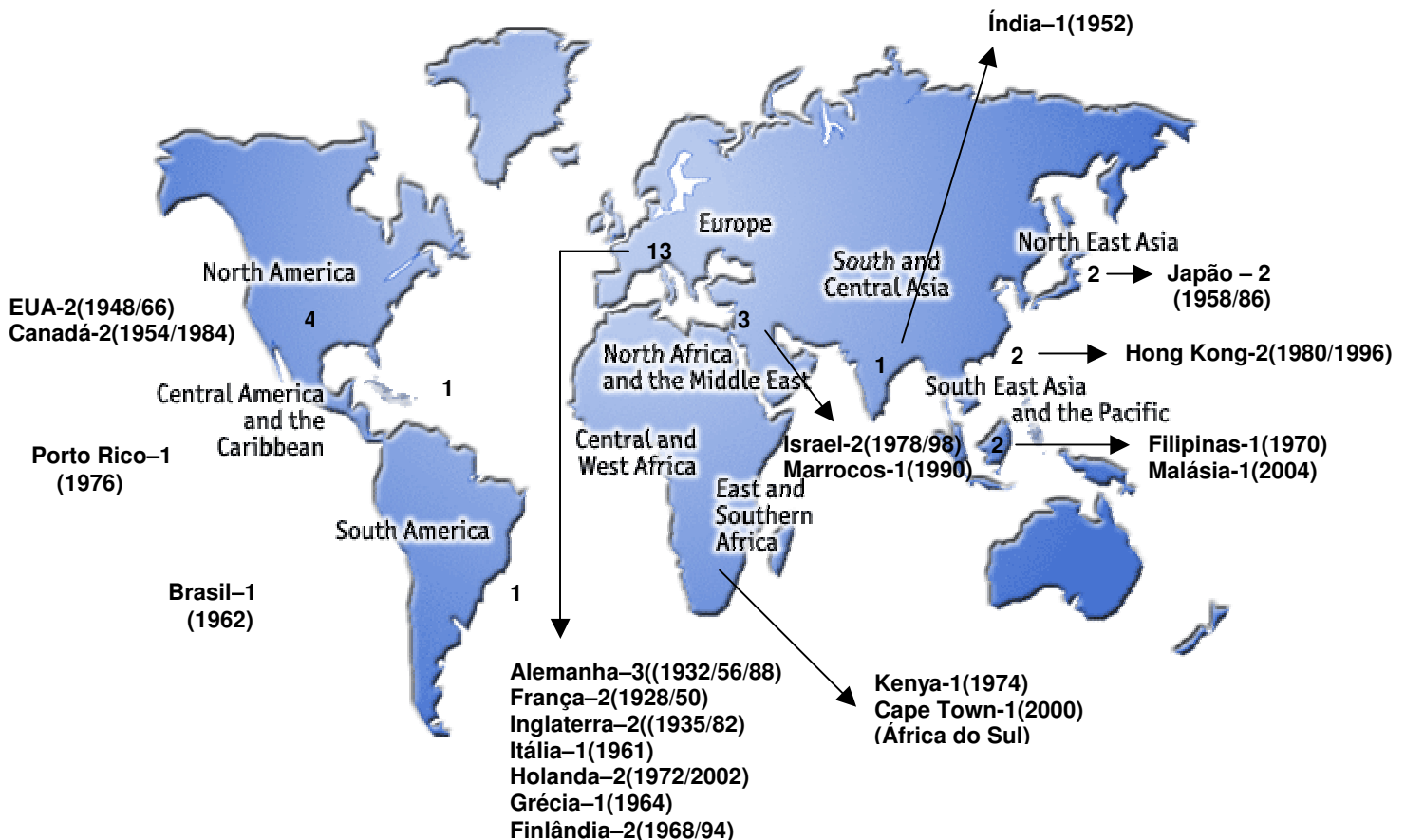
Pobreza e desigualdade no século do desperdício¹

Aldaíza Sposati²

As Conferências Internacionais de Bem Estar Social, desenvolvidas pelo ICSW – International Council on Social Welfare (Conselho Internacional de Bem Estar Social) têm sido ancoradas no Brasil pelo CBCISS – Centro Brasileiro de Intercâmbio em Serviço Social³.

mapa 1

Conferências Internacionais de Bem-Estar Social – 1928-2004



Está se completando neste 2006, a finalização da oitava década desde a realização da primeira Conferência Internacional de Bem Estar Social ocorrida

¹ Conferência de Abertura da 32ª Conferência Internacional de Bem Estar Social sob o tema: Inclusão Social, Enfrentamento da Pobreza e Desigualdades Sociais. Brasília, 16 a 20 de julho de 2006.

² Professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, coordenadora do NEPSAS - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social da PUC-SP e coordenadora do CEDEST - Centro de Estudos das Desigualdades Socioterritoriais da PUC-SP/INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

³ Agradeço ao Conselho Internacional de Bem Estar Social, ICSW, esta importante organização mundial de promoção do desenvolvimento social e, em especial, à Profa. Maria da Penha da Silva Franco, presidente desta 32ª Conferência Internacional de Bem Estar Social, pelo convite em participar desta mesa. Agradeço sobretudo pelo prazer e honra em compartilhá-la com o Prof. Alfredo Bruto da Costa, mestre que admiro e cultivo.



em Paris em 1928. Ela ocorreu pela segunda vez no Brasil; na primeira vez, em 1962, a 11ª Conferência Internacional foi realizada na cidade do Rio de Janeiro.

A maioria das Conferências Internacionais de Bem Estar Social, ocorreram no século passado. É interessante observar que entre os séculos XX e XXI, as temáticas desses fóruns são reveladoras do trânsito do trato do social na sociedade mundial. Nas primeiras dez Conferências realizadas de 1928 a 1964, o debate sobre o Serviço Social ocupou lugar central. Tratava-se da disseminação de um modo de promover mudanças sociais a partir, sobretudo, da sociedade civil. O Serviço Social como novo saber social e humano trazia consigo metodologias para fortalecer indivíduos e comunidades a enfrentar com seus recursos e potencialidades as mazelas sociais. A segunda metade do século XX trouxe novas marcas a essas Conferências. O Estado - e não só o indivíduo, já com estatuto de cidadão, ou a sociedade civil - é que passou a protagonizar respostas sociais na condição de direitos de cidadania e não mais de iniciativas sociais da comunidade. Vivia-se o modelo social do *welfare state* nos países da Europa do Centro. As Conferências Internacionais de Bem-Estar Social passaram a discutir a democratização do desenvolvimento social (quer pela participação social, quer pela igualdade de oportunidades) durante o que se poderia chamar de período otimista que marcou os anos cinquenta e sessenta do século XX orientados pelo paradigma Estado-Nação e pelo nacional-desenvolvimento. Foi o período de ouro do *welfare state* europeu. A visão do mundo em nações era a categoria de referência ao chamado mundo democrático que se distinguia do agregado de países que compunham a União Soviética regida pelos planos quinquenais.

O exemplo do modelo social, ocidental, do primeiro mundo desenvolvido se impunha ao terceiro mundo subdesenvolvido, estimulando-o ao desenvolvimento. Explicações a partir da dependência econômica, do atraso social, do domínio de impérios econômicos, entre outras, buscavam explicar as diferenças sociais. Os países terceiro mundistas colonizados, ou ex-colonizados, experimentavam a plena vivência de ditaduras (em geral militares), neles incluídos os países do Sul da Europa. A carência de democracia e de liberdade de expressão eram tão fortes quanto a carência de alimentos e de vida, para crianças e adultos.

No último quartil do século XX, sob a égide da globalização econômica a relação entre um e outro país, ou entre um e outro aglomerado de países, passou a ser considerada sob a perspectiva de mundo global. O sentido de internacional, isto é, dentre nações, foi resignificado. O mundo da ruptura do muro de Berlim, da libertação das colônias, da dissolução da República Soviética construiu novos conglomerados enquanto comunidades de países unificados por interesses econômicos comuns. Vive-se hoje, por exemplo, o conceito de cidadão europeu, com passaporte transnacional e a experiência da moeda unificada, o denominado euro.

A mundialização trouxe novo aporte para as Conferências de Bem Estar Social. Elas passaram a se ocupar de temas como iniquidades, incertezas, distâncias sociais e econômicas, pobreza e justiça social. A análise dessas distâncias tornou-se mais clara a partir do esforço de Mahbul ul Haq realizado em 1990 através da publicação pela ONU/PNUD do Relatório de Desenvolvimento Humano. Substituiu-se a referência ao indicador **PIB per**



capita pelo indicador **IDH – Índice de Desenvolvimento Humano**, como melhor expressão das condições de vida humana conforme se apresentava a todos os homens e mulheres. Estas finalmente conseguiram um espaço social distinto para construção de sua identidade a partir da equidade no trato dos gêneros.

Os anos 90 é período das Cúpulas Mundiais com temáticas universais: Mulheres na China, Pobreza na Dinamarca, Meio Ambiente no Brasil, entre outras. Em 2000, por ocasião do novo milênio, após dez anos da vivência do IDH, um pacto entre 189 nações estabelece a grande meta de reduzir à metade os índices de precariedade de condições de vida dos povos.

“We, Heads of State and Government, . . . reaffirm that our common fundamental values, including freedom, equality, solidarity, tolerance, respect for all human rights, respect for nature and shared responsibility, are essential to international relations. . . We reaffirm our commitment to eradicate poverty and promote sustained economic growth, sustainable development and global prosperity for all. . . We strongly reiterate our determination to ensure the timely and full realization of the. . . Millennium Development Goals.

We underline the need for urgent action on all sides, including more ambitious national development strategies and efforts backed by increased international support.”

– 2005 World Summit Outcome, United Nations, 16 September 2005

Consolidaram-se, a partir do compromisso com as metas do milênio, oito modos de mudar o mundo, isto é:

- acabar com a fome e a miséria;
- prover educação básica de qualidade para todos;
- garantir igualdade entre sexos e valorização da mulher;
- reduzir a mortalidade infantil;
- melhorar a saúde das gestantes;
- combater a aids, a malária e outras doenças;
- alcançar da qualidade de vida e respeito ao meio ambiente;
- mobilizar todo mundo a trabalhar pelo desenvolvimento.



Destacar este grande pacto é de especial significado nesta 32^a Conferência pois cada vez mais, se torna impraticável construir a idéia de bem estar social de um país, ou de uma sociedade, sem eliminar o mal estar de outro país, de outra sociedade, de segmentos e de classes sociais.

Não é possível, sem violar os princípios da ética social, discutir o bem estar social de modo isolado, sectário ou, principalmente, tornando secundárias as questões que inviabilizam o seu alcance a todos os povos, ou que tornam persistente a presença do mal estar social no século XXI apesar dos avanços da ciência, da tecnologia e da economia.

Esta 32^a Conferência Internacional reconstrói a noção de bem estar social para um novo significado do alcance da inclusão social o que, de modo simplificado, pode ser traduzido pelo confronto e superação da sua oponente a exclusão social. As distâncias entre as condições efetivas de vida humana entre homens e mulheres, entre povos, entre idades do ciclo de vida são hoje evidentes e permitem demonstrar a persistência da exclusão de muitos, ao lado da inclusão de alguns.

O paradoxo a enfrentar neste terceiro milênio é o de realizar escolhas de futuro. A ciência constrói longevidade humana que não é ainda um bem acessível às crianças, já que a cada uma hora morrem cerca de 1200 crianças no mundo. Ao mesmo tempo em que vida dos homens se alonga a vida da natureza se encurta.

Será que estamos fadados como raça humana a não resolver esses paradoxos?

Sou otimista na perspectiva de luta pela superação desses paradoxos a ponto de afirmar que não enxergo o século XX tão só como desperdício. Entendo que ele tem muitas aquisições, mas que, seu **maior desperdício, foi o da dignidade humana ou do trato digno e equânime entre homens e mulheres e entre todos os povos.**

Considero que uma das grandes marcas do desperdício está na persistência da concepção de pobreza para distinguir homens e mulheres entre si reforçando os estigmas que essa expressão contém ao recobrir a persistente relação de exclusão/inclusão sócia na sociedade mundial.



A noção de pobreza, por fundar-se na identificação de ausências ou de carências, é restritiva e difunde a ignorância das potencialidades e das possibilidades dos talentos de homens e mulheres. A noção de carências transforma homens e mulheres em necessitados retirando-os do reconhecimento social em que se funda sua dignidade e auto-estima. Há quase um século Rowntre, em 1914, nos ensinou que a pobreza tinha causalidades sociais, todavia ela é ainda tratada de forma personalizada e não sócio-econômico-política sob a leitura de indivíduos/individualidades pobres porque carentes de posses financeiras para realizar a satisfação de suas necessidades através do consumo no mercado. É freqüente ainda o uso de conceitos estigmatizadores como o de hipossuficientes, principalmente no âmbito do judiciário restringindo a aplicabilidade do conceito de cidadãos.

Construímos pactos internacionais e mundiais a começar da Declaração dos Direitos Humanos, em 1948 mas, as diversas culturas, povos, governantes, sociedades não são ainda capazes de aplicá-los a todos. Ainda se subordina o reconhecimento do direito à capacidade financeira. Chamo atenção para a persistências mundial da preocupação do combate à pobreza que, se de imediato pode conter uma possibilidade ela é em si uma maneira cordial de escamotear o alcance da universalidade da cidadania.

A persistência da desigualdade social nos povos e entre os povos está a exigir claro compromisso mundial com a redistributividade mas se percebe uma relutância nesta aceitação. Neste sentido, o paradigma de inclusão/exclusão social poderá reforçar a permanência da desigualdade sem escamoteá-la como mera expressão de diferença.

A discussão deste tema que nos deixa sob um sentimento de perplexidade é central no Brasil. Esta imensa nação de dimensão continental, de tantas riquezas naturais, avanços tecnológicos que já lhe dão estatura de produção fundada no conhecimento mas que, com quase duas décadas de vivência democrática, é ainda um dos países de maior desigualdade sócio-econômica no mundo.

A relação entre exclusão e inclusão social no Brasil nos permite fazer a analogia do convívio entre um cimo de Everest de riqueza ao lado de uma fenda abissal de destituição. Há muito por movimentar nessa distância, mas há também uma lição: buscar inclusão é encurtar distâncias e reduzir discrepâncias.

Os líderes mundiais concordaram no último Encontro do G8 na Escócia em perdoar dívidas, treinar tropas para a paz, ajudar países a atingir a saúde básica, a universalizar o ensino fundamental, a viabilizar acesso a medicamentos contra a aids, e a se comprometerem com questões ambientais. Todavia, falta muito para que as nações mais desenvolvidas efetivem o acordo para o bem de todos.

No mesmo momento em que aqui, julho de 2006, discutimos o alcance do bem estar social, face ao ainda insolúvel mal estar ou, o alcance da inclusão social face a persistente exclusão, o Grupo dos Oito (G8) composto pelos desenvolvidos Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, França, Itália, Alemanha, Japão incluindo a Rússia, estão reunidos em São Petersburgo na Rússia, discutindo seus tratados econômico-financeiros. Lá também terão assento cinco convidados populosos: Brasil, China, Índia, México e África do Sul.



Os acordos econômicos que ali estão se realizando, principalmente quanto à produção agrícola e comercial, têm forte importância para as nações que concentram os maiores contingentes de população vivendo com menos de 1 dólar dia.

O escândalo do que é demandado como pobreza mundial presente desde os países mais desenvolvidos é o tema a enfrentar. Ele esteve presente na última reunião do G-8 na Escócia no ano passado e continuamos a esperar que em São Petersburgo, ocupe lugar central. Paul Wolfowitz presidente do Banco Mundial pediu em carta à cúpula do G8 para que “as boas intenções sejam transformadas em ações decisivas” principalmente considerando que 1,2 bilhões de pessoas vivem no mundo com menos de 1 dólar dia. A parceria entre as nações é fundamental para enfrentar a desigualdade social.

Pretendo trazer meu contributo a esta conferência tecendo considerações sobre três pontos:

- a passagem da aplicação do paradigma do bem estar social para o da relação inclusão/exclusão social;
- o ritmo da mudança social para o alcance do mínimo mal estar social dos povos;
- e, algumas considerações sobre o caso brasileiro.

1. a passagem do paradigma do bem estar social para o da relação inclusão/exclusão social

A concepção de bem estar social nesta 32ª Conferência está sendo reconstituída para a noção de inclusão social na medida em que, este conceito, é sobretudo relacional. Ultrapassa a noção de níveis de vida como aquisições materiais e incorpora noções aparentemente difusas como a de eliminação de estigmas, da discriminação, fortalecendo concepções de equidade racial, de gênero, entre outras tantas condições, que introduzem a noção de reconhecimento social igualitário nas relações entre homens, mulheres, povos.

Os anos ascendentes do pós segunda guerra, sob as bandeiras do desenvolvimento e reconstrução das nações européias, ocultaram a lógica da exclusão quer no mundo social como no do trabalho até mesmo, pela difusão das políticas keynesianas nos estados do hemisfério norte. Para os países do hemisfério sul, considerados como subdesenvolvidos, o contingente de desempregados, subempregados, esfomeados configurava uma manifestação tida como natural, ou banal, decorrente da sua condição de precariedade econômica e do dualismo com que as realidades nacionais eram divididas em desenvolvidas e subdesenvolvidas, ou ainda, hierarquizadas em primeiro, segundo e terceiro mundo.

Foi com a crise do último quartil do século XX que a exclusão veio mostrar sua nova face. Não se tratava mais da combinação entre depressão econômica e desemprego, mas de ascensão econômica com forte acumulação e desemprego. A primeira crise, dos tempos da depressão dos anos 30, provocou a solidariedade e o modelo social do *welfare*. A segunda, atingindo centralmente a força de trabalho e, contraditoriamente gerada pelo avanço científico-tecnológico, pela robótica, pela informatização e, sobretudo, pelo novo modo de



produção, descentralizou a referência à ética social e provocou, perversamente, o modelo de Estado Mínimo.

A nova crise mundial demarcada pelo signo da exclusão social mostrou efeitos piores do que a anterior. Derramou-se para o mundo globalizado sem expressar poder de alavancagem da solidariedade entre os povos. Pelo contrário permanecemos sob conflitos de múltiplas polaridades econômicas, éticas, religiosas. Mais crise social e menos resposta social foi o pleno espaço em cena de exclusão social. Sua lógica não é mais de visibilidade marginal como nos idos tempos do desenvolvimentismo. A exclusão ocupa lugar central. Em contraste com o passado gerou novos pobres e, sobretudo, a ausência de perspectiva de um futuro includente. Este é o outro grande desperdício o da esperança da sociedade includente.

Agravou esse quadro um outro elemento, que denomino de dualidade de tratamento da base étnica do *welfare state* nos tempos neoliberais. O *welfare*, construído sob a égide do estado-nação possibilitou que os acessos aos serviços sociais públicos fossem afiançados para os cidadãos da mesma etnia. Por conseqüência, cidadania e etnia eram faces da mesma moeda. A globalização fez emergir a fragilidade dessa concepção que se tornou geradora de novas formas de exclusão social. A “fábrica globalizada” com seus departamentos desterritorializados pelo mundo provocou a presença multicultural de operários todavia, poucos foram reconhecidos como cidadãos para o alcance das políticas sociais do país matriz. A excludência do processo produtivo passou a ter um perfil político-racial resultante da transnacionalização da força de trabalho.

A exclusão social se expandiu através de metástases de estigma, apartação, discriminação, reforçadas pelo recrudescimento da migração para os países da Europa do Norte, dos trabalhadores de seus “departamentos” do hemisfério sul, da Ásia ou da África. Esses migrantes foram considerados como adequados para exercer, nos países-mãe, os trabalhos de baixa qualificação sem exigência de cobertura dos benefícios sociais e padrões salariais dos trabalhadores “nacionais”. Nesta forma indireta de Estado Mínimo não se pensou que os filhos desses trabalhadores seriam futuros cidadãos com os direitos latentes dos “nacionais”. Nascidos no “solo mãe”, e embora assentados nas periferias, gritaram no início de 2006 pelos seus direitos de cidadania, ateadando fogo em veículos e atordoando as regras do governo francês.

Territórios, etnias, migração, cidadania vão ser os novos ingredientes das manifestações de exclusão social.

A globalização expôs as diferenças das coberturas sociais entre os países e, principalmente, entre o hemisfério sul e norte, constituindo o que denomino como a “a exclusão ao sul do Equador” demarcada pela ausência de um pacto de universalização da cidadania próprio dos países de regulação social tardia como no Brasil.

A lógica excludente, apontada pelos analistas críticos como parte inerente do modo capitalista de produção, ganhou novos contornos ultrapassando a questão econômica para se tornar uma questão social, cultural e ética. Essa ultrapassagem é também, a criação de um novo campo de rigidez que se instalou na relação entre exclusão e inclusão social. Essa rigidez é provocada não só pela questão econômica, mas pela presença de estigmas e apartação,



anteriormente conhecidos pela sociedade mundial pela sua aplicação a grupos étnicos nos guetos de população judaica e no “*apartheid*” sul africano. Na nova versão mundializada, os muros vigiados de guetos e *apartheids* são quase que individualizados tornando-os sutis por fluírem no âmbito das relações cotidianas, chegando a perversa forma do terrorismo e o “custo-vida” para eliminar diferenças.

A afirmação: “não há a exclusão antes de uma inclusão”, permite captar como elemento intrínseco desse conceito seu caráter relacional, mas sobretudo, permite registrar sua capacidade em expor a desigualdade social.

É o caráter totalizante entre exclusão/inclusão social que permite identificar nessa relação a iniquidade da desigualdade. De outro modo, ela expressaria tão só, a diferença bem à gosto de Adam Smith, brincando com os dedos de suas mãos.

É também o caráter da apartação, do estigma, da desqualificação social, que demonstra a injustiça e até, a perversidade da exclusão social. Nesse sentido ela rompe com valores da democracia, cidadania e igualdade social. Confrontar a exclusão na sua relação com a inclusão é colocar o debate no patamar ético-político, como uma questão de justiça social. É este patamar ético-político que traz possibilidades de novas identidades em resposta às novas dinâmicas sociais.

A concepção de exclusão/inclusão social permite identificar manifestações multidimensionais das desigualdades econômicas e sociais. Talvez seja uma categoria mais próxima às análises complexas, pois ela contém uma objetividade e uma subjetividade. As situações de exclusão supõem que haja o sentimento da apartação por quem a vivencia. Ela contém além do econômico um alcance cultural e subjetivo. Esse sentido complexo é que permite um novo olhar para a realidade social. Agora não só pelas médias das incidências de situações, mas pelas suas disparidades, pelas suas discrepâncias, pelo sofrimento, pela injustiça, pela penalização e pela violação do outro.

Outro elemento que vem se mostrando significativo no exame relacional da exclusão/inclusão social é a constatação de que ninguém é plenamente excluído ou permanentemente incluído. Nesse sentido pode-se dizer que por uma oposição quase perversa, se trata de uma categoria universal. O que se quer destacar na frase “ninguém é plenamente excluído” refere-se à condição latente da existência de forças potenciais, mesmo em excluídos, em alavancar novas forças e confrontar a exclusão social pela indignação e pelo inconformismo com a apartação em questão.

Outro elemento de destaque na composição da relação exclusão/inclusão social é seu caráter gradual. Isto é, existem graus de exclusão e de inclusão social para além do fato de que ninguém é plenamente incluído ou excluído.

Viver como excluído pode ser uma forma de inclusão possível em um mundo desigual. No caso, é a chamada “exclusão integrativa” que opera a manutenção do “*status quo*” revelando uma atitude conformista. Todavia, o movimento da vida e da história não ocorre pelo conformismo. Resta indagar se existe (e em que grau) a potência de movimento no inconformismo.



Avança-se para um novo elemento que tem projetado fortemente essa discussão para o campo da ética de um ordenamento social. Trata-se do suposto que há, na sociedade, um movimento de busca do que é bom e desejável para todos os homens. Este campo flui para um sentido de igualdade entre os homens ou de, pelo menos, um dado patamar de igualdade, abaixo e acima do qual, estariam as inequidades, injustiças e desigualdades.

A quebra ou o desmonte desse patamar adquire a feição de uma violação a um direito, a um pacto ou um contrato social. Pode-se até, em analogia, exemplificar com a estratégia neoliberal do desmonte social para instalar o Estado mínimo que opera uma regressão ao patamar já alcançado quanto à responsabilidade social estatal.

Nas diferenças e assimetrias do alcance da igualdade social também reside uma potência de direitos enquanto uma violação à igualdade prometida a todos. As diferenças e assimetrias de cada um, construídas em um registro público, identificam os destinos de uma coletividade. Este é um grande passo para a análise das distâncias entre os povos.

Esta mutabilidade de contornos vai assinalar zonas de relevância, em oposição às zonas de depressão de acessos, construindo o desenho histórico ao qual denomino de **topografia social** resultante das relações sociais de uma sociedade e entre as sociedades mundiais.

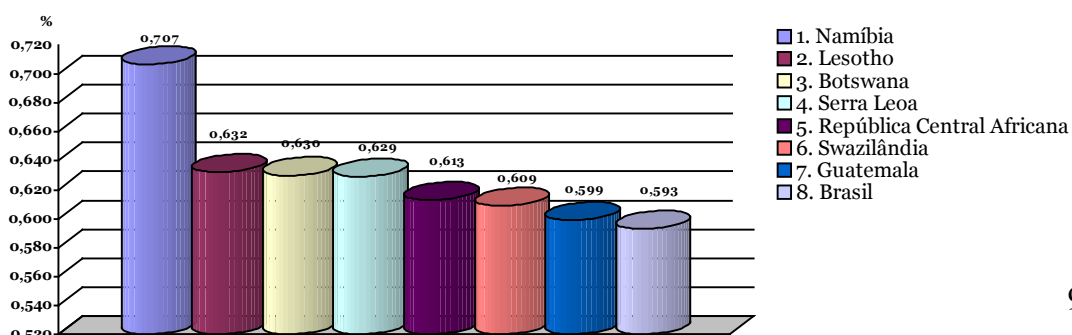
2. o ritmo da mudança social para o mínimo mal estar social

O desempenho das metas do milênio através do recém lançado (2/7/06) Relatório da ONU permite algumas reflexões sobre a **topografia social do mundo** expressa não só pelas condições de vida dos povos mas também, pelo ritmo de sua alteração na busca da redução do mal estar social.

Entre os países que compõem as grandes regiões do mundo, de acordo com a ONU, a concentração de cidadãos que vivem com menos de 1 dólar por dia, em situação de miserabilidade varia em quase 25 vezes. Isto é, a vida na África subsaariana é quase 25 vezes pior, em concentração de miséria, do que nos países em transição do sudeste europeu como Bulgária, Romênia, Sérvia & Montenegro, Bósnia & Herzegovina e Albânia.

O Brasil é o oitavo país em desigualdade social, e o quinto país mais populoso do mundo. O coeficiente Gini no Brasil é de 0,0547 com base de dados de 2004. Os 10% mais ricos acumulam quase 47% da renda nacional e na Namíbia, o país com o pior coeficiente de desigualdade, os 10% mais ricos retêm 64,7% da renda.

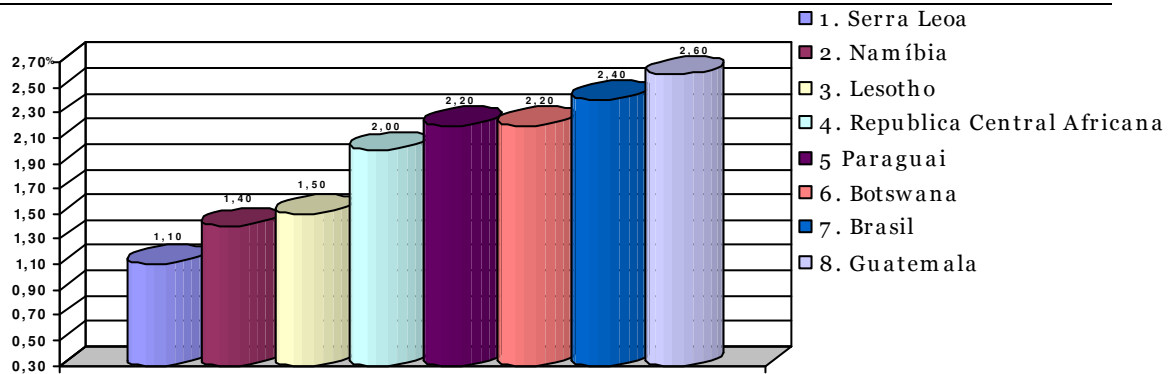
gráfico 1
piores incidências do coeficiente Gini nos países. Base: 2003/PNUD





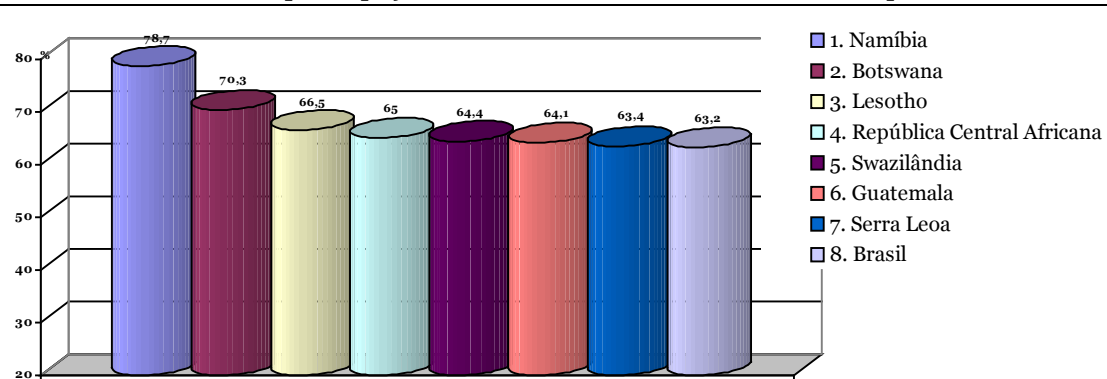
Fonte: Banco Mundial, 2005 – Word Development Indicators

gráfico 2
incidência de participação dos 20% mais pobres na renda total dos países



Fonte: Banco Mundial, 2005 – Word Development Indicators

gráfico 3
incidência de participação dos 20% mais ricos na renda total dos países

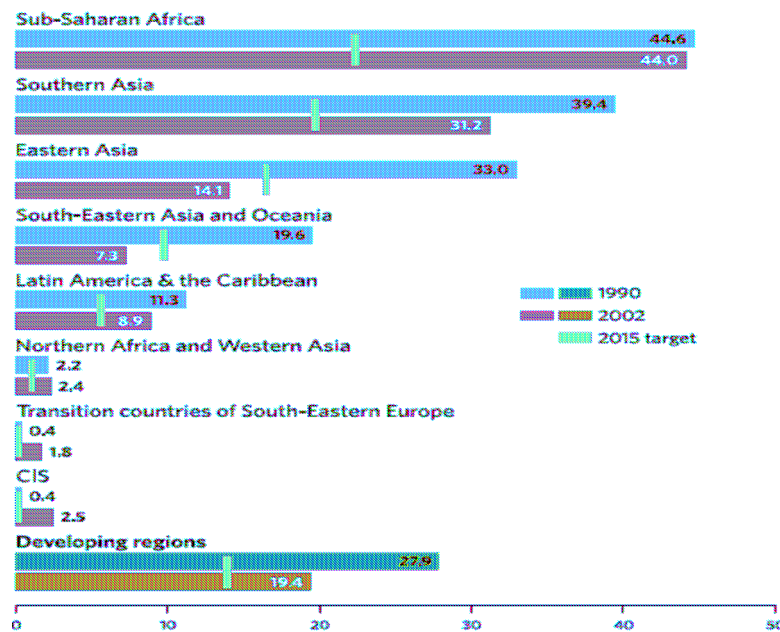


Fonte: Banco Mundial, 2005 – Word Development Indicators

Para o Brasil e os países de maior desigualdade social conseguirem alcançar a transferência de renda entre as classes sociais é um objetivo distributivo prioritário.

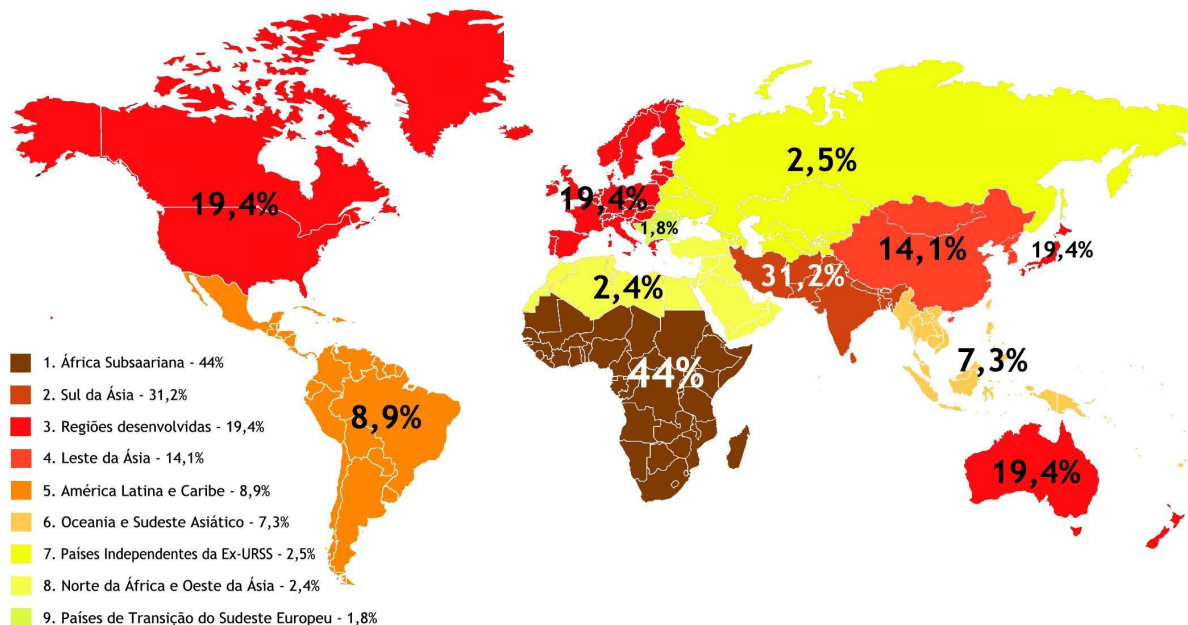
Considerando que o bem estar social supõe uma política distributiva e até mesmo, redistributiva, é um desafio sugestivo estabelecer um ranking das nações desenvolvidas pela sua política interna e externa com compromissos distributivos para enfrentar a desigualdade dos povos e entre os povos. Infelizmente este ranking ainda não está sendo aplicado.

gráfico 4
proporção de pessoas vivendo com menos de 1 dólar dia, 1990-2004, ONU



Fonte: MDG (The Millenium Development) Gools Report. ONU/NY, 2004

mapa 2
grau de concentração da população que vive com menos de um dólar por dia
por regiões do mundo - ONU/2004



Fonte: MDG (The Millenium Development) Gools Report. ONU/NY, 2004

Em 1990 a distância dos países pela concentração de cidadãos vivendo com menos de 1 dólar dia era de 111 vezes (África 44,6% e Europa do Sudeste 0,4%), portanto aparentemente teria ocorrido grande alteração, para melhor, em 2004 face a 1990 já que essa diferença baixou para 25 vezes. Todavia, não é isto o que o exame dos dados mostram.



tabela 1
velocidade das reduções/aumentos da miséria no mundo 1990-2004/ONU

países agregados por regiões do mundo/ONU	% da população com 1 dólar/dia			redução % v/ano	aumento % v/ano
	1990	2004	≠		
áfrica subsaariana	44,6	44,0	0,6	0,04	-
ásia do sul	39,4	31,2	8,2	0,58	-
países desenvolvidos	24,9	19,4	8,5	0,60	-
ásia do leste	33,0	14,1	18,9	1,35	-
américa latina e caribe	11,3	8,9	2,4	0,17	-
sudeste da ásia e oceania	19,6	7,3	12,3	0,87	-
estados independentes da antiga URSS	0,4	2,5	+2,1	-	0,15
norte da áfrica e oeste da ásia	2,2	2,4	+0,2	-	0,15
países em transição do sudeste europeu	0,4	1,8	+1,4	-	0,10

Fonte: MDG (The Millenium Development) Goals Report. ONU/NY, 2004

De fato, a distância se tornou menor pela piora dos índices dos países do sudeste da Europa, cuja incidência em 1990 era de 0,4% da população vivendo com menos de 1 dólar dia, e que subiu para 1,8% em 2004.

A melhor velocidade atingida para redução à metade das ocorrências nesta primeira etapa das metas do milênio (200/2004) ocorre no leste da Ásia em países como China, Hong Kong, Macau, República Democrática da Coréia, Coréia e Mongólia. A velocidade da redução alcançada, 1,35% ao ano é porém, de valor menor do que o previsto, cujo ritmo deveria ser de 3,3% ao ano. Reduzir em 15 anos a situação de uma ocorrência perversa em 50% suõe uma redução ano de 3,3%.

tabela 2
projeção de redução em 50% até 2015 da população com per capita de US\$ 1,00 dia

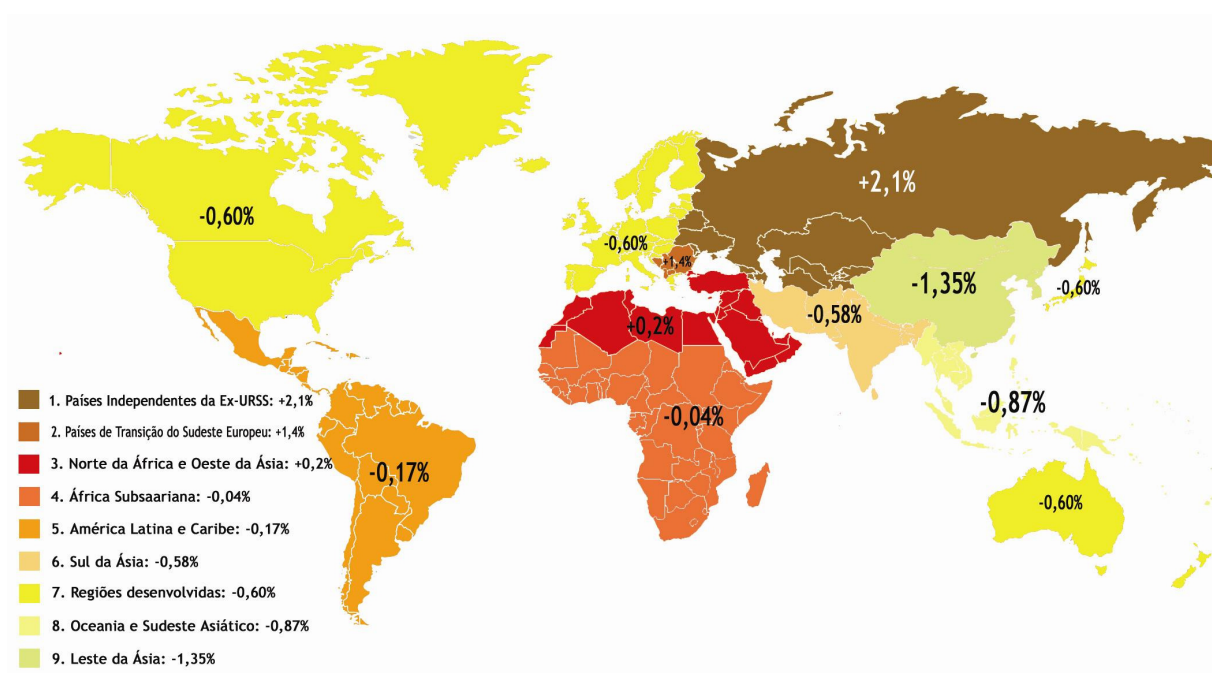
regiões	% 2004	% 2015	% ≠	velocidade atual	
				%	anos necessários
áfrica subsaariana	44	22,3	21,7	0,04	542
ásia do sul	31,2	19,7	11,5	0,58	20
países desenvolvidos	19,4	12,4	7	0,60	12
ásia do leste	14,1	16,5	-	1,35	já alcançou a meta
américa latina e caribe	8,9	5,6	3,3	0,17	19
sudeste da ásia e oceania	7,3	9,8	-	0,87	já alcançou a meta

Fonte: MDG (The Millenium Development) Goals Report. ONU/NY, 2004

Caso permaneça o ritmo de mudança praticado primeiros anos, a África Subsaariana levará 542 anos para cumprir a meta de redução em 50% a incidência da miserabilidade e, mesmo assim, chegar a ter um percentual de mais de 1/5 de sua população vivendo ainda com 1 dólar *per capita*/dia (21,7%).



mapa 3
ritmo da mudança para o mínimo mal estar social - ONU/2004



Fonte: MDG (The Millenium Development) Gools Report. ONU/NY, 2004

Para cumprir até 2015 a meta de redução da incidência de miserabilidade de 44% para 22%, a África Subsaariana precisaria encontrar meios e forças para multiplicar sua velocidade de mudança em 54 vezes.

tabela 3
ritmo para os próximos 10 anos para atingir a meta de redução de 50%

regiões			aceleração
áfrica subsariana	0,04	2,17	= 54 vezes
ásia do sul	0,58	11,5	= 2 vezes
países desenvolvidos	0,60	0,70	= +12%
américa latina e caribe	0,17	0,33	= 2 vezes

Fonte: MDG (The Millenium Development) Gools Report. ONU/NY, 2004

Outro modo de analisar o diferencial de esforços entre os países seria o de, por exemplo, criar uma pseudo-situação homogênea de um mínimo de mal estar social generalizando, por exemplo, a taxa de 6% da população com renda per capita de até um dólar/dia presente em cada país. A África Subsaariana nessa projeção e no ritmo atual de reversão levaria quase um milênio para mudar sua situação atual.

tabela 4
projeção para 6% de miserabilidade no mundo no ritmo atual de mudança

regiões	taxa ano	nº de anos
áfrica subsariana	0,04	= 950 anos
ásia do sul	0,58	= 43 anos
países desenvolvidos	0,60	= 21 anos



ásia do leste	1,35	=	6 anos
américa latina e caribe	0,17	=	17 anos
sudeste da ásia e oceania	0,87	=	1,4 anos

Fonte: MDG (The Millenium Development) Goals Report. ONU/NY, 2004

Com essas projeções quero assinalar a interdependência das três constatações: **o esforço para o alcance de resultados da redução do mal estar social tem relação direta com a velocidade das respostas. Mais ainda, tem relação com a capacidade de cada país em acelerar a velocidade e em dar sustentabilidade do padrão alcançado.**

Como se pôde ver, o sudeste europeu, os Estados independentes da antiga União Soviética, o norte da África e oeste da Ásia, pioraram o padrão ao longo dos anos não construindo sustentabilidade ao padrão alcançado.

Outra grande observação é de que **o esforço para enfrentar a mudança não pode ser unilateral de cada país.** Esta visão é em si mesmo injusta. O esforço para a África Subsaariana para reduzir o miserabilismo é extremamente maior na quantidade e no tempo, do que para outros países.

Posso afirmar que, o raciocínio perverso em atribuir a cada um, de modo unilateral, o esforço de mudança é ainda aplicado às pessoas, e não só países. É freqüente o entendimento pelo qual os mais vulneráveis deveriam ter capacidade de, no menor tempo possível, reverter sua situação de miserabilidade.

A noção da sociedade composta por indivíduos e não por cidadãos de uma coletividade, exige que os miseráveis exerçam milagres. Com um mínimo de aplicação de recursos financeiros e, sem levar em conta o acúmulo de destituições que possuem de geração a geração, devem ser capazes de, em um ano ou dois, reverter sua situação e, mais ainda, de alcançar sustentabilidade para o futuro de seus filhos. Sob a ótica do estigma de que não se esforçam, ou de que não têm disciplina, lhe são exigidos esforços milagrosos. Nesse modo de ver parte-se da preconceituosa leitura de que os miseráveis são culpados pela sua situação. Ou ainda, de que são mera força de trabalho que deve ser adestrada ou re-adestrada para a produção. Ainda estão em minoria aqueles que os aceitam como força de vida.

Pode-se concluir que, o modo pelo qual são desenvolvidos programas de apoio para países ou para pessoas/cidadãos para redução/eliminação do miserabilismo podem se tornar um reforço à sua discriminação e não um efetivo apoio ao desenvolvimento de suas capacidades.

A noção de desenvolvimento social ainda não contém, necessariamente, suas bases fundadas na ética social. Ainda é forte seu entendimento centrado no mercado de consumo: isto é, considera-se como desenvolvido socialmente a quem tem capacidade de consumir. A idéia de social pela identidade com pobreza e miserabilidade não favorece o alargamento do imaginário social para construir a concepção de desenvolvimento social aliada à de exigência de equidade e igualdade humana.

O foco no miserabilismo como orientador da ação governamental, descolado de aquisições humanas, não previne o agravamento de situações de



vulnerabilidade procriadoras da miserabilidade. Sob este olhar reducionista o acesso a aquisições fica solvido em propostas reduzidas e minimalistas. O horizonte, em contraponto, deveria ser o da oferta de condições básicas enquanto formatadas sob a perspectiva de inclusão social o que supõe sua sustentabilidade para o amanhã e não só a posição do hoje e do imediato. **As noções minimalistas são em si mesmo excludentes portanto, não são moldadas para a reversão do miserabilismo.**

É importante ainda destacar que, a experiência social dos países centro-europeus ou mesmo, dos países de tradição liberal no trato social, como os Estados Unidos, não se replica aos países terceiro mundistas. A regulação social em nossos países é tardia face aos demais, e é sobretudo, forjada nas lutas pela democratização, independência e ruptura de padrões de colonização.

Direitos sociais e direitos políticos são aquisições que para nós adquirem formato de irmãs siamesas. Portanto, o desenho da política social tem clivagens sociais, culturais, étnicas e políticas. Caso não se tenha isso em conta, os resultados sempre serão inferiores e seu potencial claramente insuficiente para os requerimentos da sociedade de regulação social tardia.

A redução da qualidade nas respostas sociais por que direcionadas a miseráveis, é portanto uma forma de reproduzir o miserabilismo. O impacto das respostas sociais diminui quando sua qualidade reproduz as diferenças da estrutura social existente, ou quando são funcionais às formas de produção que reproduzem tais estruturas excludentes.

É preciso aqui fazer uma constatação. Certamente o olhar da focalização tende a ser residual. Mas, por outro lado, o modelo praticado pelo universalismo tem se mostrado corporativo, quando referido à regulação salarial. A grande questão dos países em desenvolvimento é a massa de população inserida no mercado informal, e, portanto, distante da certeza da renda salarial para sua sustentação.

O modelo de formalização do trabalho se mostra de baixa velocidade para a resolutividade dessa questão e impõe como exigência novas formas de conquista do trabalho digno e decente para todos. O paradigma do *welfare* centrado na regulação salarial mostra-se insuficiente e inadequado para a complexidade de vida de mulheres e homens para exercer o duplo compromisso em ganhar o sustento e educar seus filhos.

Cabe reconhecer que a descentralização e a focalização trouxeram uma experiência que não pode ser descartada. Elas desenvolveram a preocupação com a dimensão territorial e com as particularidades de um fenômeno. Este saber tem sido extremamente rico para a construção de condições objetivas de desenvolvimento nos territórios para além do encargo atribuído individualmente às pessoas. A aproximação com o cotidiano das respostas sociais tem mostrado ainda que, graus de flexibilidade e de intersectorialidade nos desenhos das respostas são requerimentos indispensáveis para o sucesso das políticas de desenvolvimento social. A intersectorialidade rompe com o desperdício e as desvantagens que ações paralelas, desconectadas e homogeneizadoras produzem na vida das pessoas, exigindo-lhes mais esforços.



O sucesso do desenvolvimento social requer portanto: novas construções de políticas direcionadas para a perspectiva da qualidade equitativa como orientação para a inclusão social.

A construção neoliberal de enfrentamento do miserabilismo forjou a noção de emergência, imediatismo e baixa continuidade. O conceito de financiamento de projetos e programas desarticulados de serviços continuados não provoca certezas sociais e estas são fundamentais para o confronto com fragilidades e vulnerabilidades.

As certezas sociais são partes dos direitos humanos e sociais. Os cidadãos precisam de condições para desenvolver suas capacidades básicas.

A estabilidade política passa a ser um valor de sustentabilidade. Infelizmente o que se percebe é que acessos sociais fluem e refluem como políticas de governantes com características temporárias e não, como políticas de Estado com acesso permanente.

A descontinuidade, governo e a governo, é um desperdício, não só de recursos financeiros, mas de aquisições humanas. Afiançar as condições de continuidade permite um grau de estabilidade necessário para o avanço social.

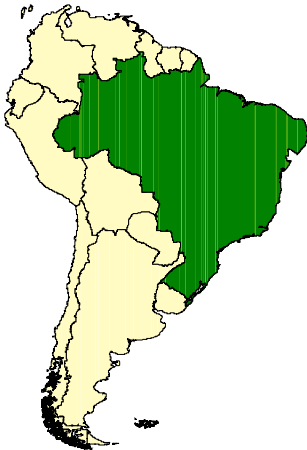
Outro alcance para além do acesso é o do sucesso de respostas como parte do direito a ser construído.

É preciso, para confrontar a exclusão, e caminhar para a inclusão social, instituir o conceito de **políticas sociais regressivas**, e não só de políticas econômicas regressivas. A regressividade da política social ocorre pelo entendimento reducionista de que qualquer iniciativa social se direciona para o bem. Isto permite reduzir políticas ao patamar de ações de benemerência de governantes e não de aquisições com estabilidade para a cidadania social.

Reafirmo que um dos pontos centrais de confronto com a regressividade da política para o desenvolvimento social supõe superar o entendimento daqueles com menor renda como mera força de trabalho. O reconhecimento social como cidadãos que têm o que dizer e ser escutados sobre sua vida, a de sua família e o seu futuro é ponto de mutação que não pode ser desperdiçado.

3. considerações sobre o caso brasileiro

A redução de níveis de desigualdade no Brasil é meta de difícil alcance a curto prazo face a sua direta relação democrática com a aprovação e adoção de mecanismos redistributivos cuja decisão ultrapassa o executivo e a instância federal de poder.



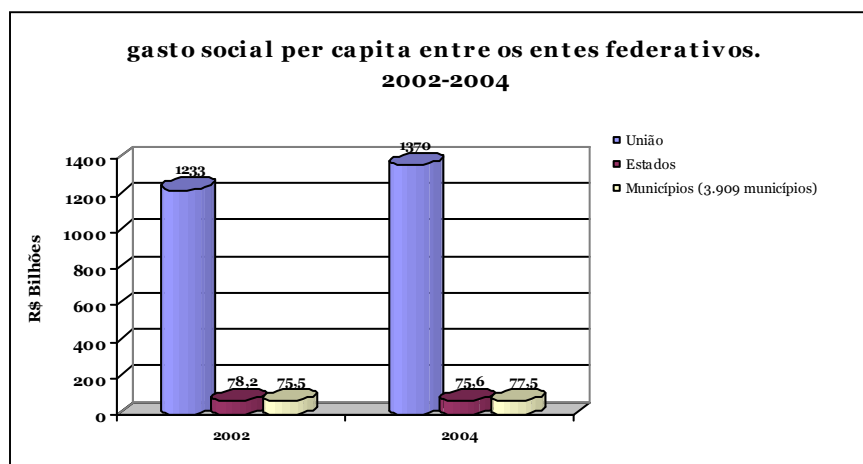
- população: 184 milhões
- área: 8,5 milhões km²
- país federado, com 27 estados e 5.564 municípios
- população pobre: 11,1 milhões de famílias (21,% da população)
- população extremamente pobre: 4,2 milhões de famílias (8,2% da população)
- coeficiente de gini em 2004 = 0,547

Fonte: MDS/PBS – Rosani Cunha

A adoção de mecanismo de redistribuição de renda não é decisão isolada de um dos três poderes do governo democrático. Ela supõe a aprovação de leis pelo Legislativo e a concordância em sua aplicabilidade pelo Judiciário. Leis avançadas encontram barreiras em sua aplicação apresentadas processualmente pelo Judiciário.

Por ser um país federativo as mudanças no Brasil, envolvem o empenho unitário de 26 Estados, 5.564 municípios e 1 Distrito Federal. Dados de estudo da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro de 2006 revelam que não tem ocorrido a mesma intensidade nos gastos sociais entre as três instâncias de governo.

gráfico 5



Fonte: Lena Lavinias, Marcelo Nizoli e Roberto Loreiro Filho com dados do Tesouro Nacional e ao IPEA

A reforma tributária ou fiscal é peça chave no alcance de novo patamar de redistribuição de renda. Ainda não se conseguiu no Brasil alterá-la de modo a romper o caráter regressivo do seu processo de tributação. Ocorrem experiências progressivas no âmbito das cidades pelo IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano.

Dois outros campos clássicos para a construção de estratégias redistributivas estão no âmbito salarial e social. Para além deles, o modo de



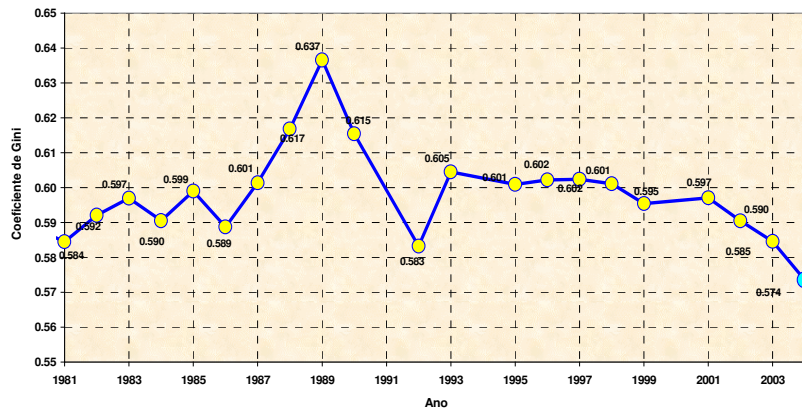
regulação da economia nacional é fator agravante das distâncias econômico-sociais.

A presença da inflação mostra-se de efeito mais perverso para os mais pobres, assim como, o modelo de financeirização da economia pela redução do investimento na produção. Sabe-se também, que altos níveis de desigualdade de renda enfraquecem a taxa de crescimento econômico. Apesar destes destaques é bom que se diga que o desenvolvimento social não pode ser considerado como uma fase a ser alcançada após o crescimento econômico. Um e outro são faces de uma mesma moeda, isto é, são interdependentes.

O Brasil conseguiu finalmente conter o processo inflacionário de 9,3% em 2003 para 4,5% projetados para 2006. O mercado de trabalho cresceu com a oferta de 3,9 milhões de empregos formais, e o reajuste do salário mínimo também cresceu acima da inflação em 32,2% desde 2003.

Em abril de 2006 o salário mínimo teve aumento real de 13,4%, provocando significativo efeito sobre a renda, mas sobretudo no consumo de alimentos cujo custo tem sido controlado de modo a afiançar seu consumo pelas classes de menor renda.

O índice Gini no Brasil vem melhorando seu desempenho sendo que em 2004 sua incidência em 0,574 é a melhor alcançada desde os anos 80.

gráfico 6
redução de desigualdadesEvolução temporal do grau de desigualdade de renda,
segundo o coeficiente de Gini - Brasil

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976 a 2004, porém nos anos 1980, 1991, 1994 e 2000 a PNAD não foi a campo.

A grande meta de alcance da Fome Zero no país, apresentada pelo Presidente Lula da Silva foi desdobrada em múltiplas iniciativas desde a sociedade civil, e no governo federal está sendo articulada pelas políticas de Segurança Alimentar e de expansão da Proteção Social não contributiva.

O Brasil, como outros países de regulação social tardia, acumulou forte experiência no Seguro Social, isto é, na Previdência Social como proteção social contributiva, todavia a maior parte de sua força de trabalho sempre foi informal. Isto sempre colocou significativo contingente de população à margem dos acessos às políticas de proteção e provisão social.

As atenções sociais, independentes da regulação salarial, ficaram por muitos anos restritas à educação, sobretudo ao ensino fundamental. Foi só com a Constituição de 1988 que o acesso aos serviços públicos de saúde foi considerado como direito de cidadania.

Há quase 20 anos vem sendo implantado o Sistema de Seguridade Social que, no regime brasileiro pela Constituição de 1988 vincula as políticas de previdência social, saúde e assistência social.

Regulado por um sistema único de âmbito nacional com gestão integrada pelos três entes federativos o SUS – Sistema Único de Saúde é um dos maiores sistemas governamentais em execução em países em desenvolvimento.

O campo de proteção social não contributiva, do âmbito da política de assistência social, previsto para ser regido também por um sistema único aguardava desde 1993 sua implantação e, só em 2005, é que foi implantado o SUAS – Sistema Único de Assistência Social.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome vem sendo o efetivador do alcance da meta Fome Zero para os brasileiros. De um lado, pela Política de Segurança Alimentar e, de outro, pela Política de Assistência Social articuladas pelo Programa Bolsa Família que transfere subsídios mensais a mais de 11 milhões de famílias com renda *per capita* mensal de 60 dólares ou de 2 dólares/dia.



A unidade familiar passou a ter centralidade pelo poder de ultrapassagem que contém para aquisições intergeracionais e pela sua condição agregadora de vínculos, e laços sociais, entre os membros da família e destes ao bairro e a sociedade, pelo exercício da cidadania.

A denominada matricialidade sócio-familiar é o eixo do Sistema Único de Assistência Social – SUAS que instalou um novo pacto federativo para a gestão descentralizada e participativa com oferta de serviços e benefícios voltados para a proteção social básica e proteção social especial a famílias em vulnerabilidades e riscos sociais.

O grande destaque em todo esse reordenamento social é o Programa Bolsa Família que não só unificou a dispersão de modalidades de transferência de benefícios de baixa cobertura existentes desde os anos 90, como constituiu a capacidade gerencial, técnica e financeira, para operar um programa que atinge massivamente mais de 44 milhões de brasileiros.

O cunho massivo desse programa vem provocando surpreendentes resultados não só no cotidiano de acesso à alimentação das famílias, mas no vínculo que estabelece com políticas básicas de educação e saúde para crianças e no comportamento da distribuição de renda do país.

De acordo com o economista Ricardo Paes de Barros em estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA o impacto desse programa provocou um crescimento na renda *per capita* em 27%. Com isso a incidência dos extremamente pobres em 2003, em 14,5%, foi reduzida em 2004, para 12,3%. Documento do IPC - Internacional Poverty Center do PNUD mostra que o Programa Bolsa Família é extremamente importante por duplo efeito, reduzir as iniquidades a níveis toleráveis e contribuir para a erradicação da pobreza.

É sabido que programas de transferência de renda não se constituem em solução para os problemas sociais de um país, mas sem dúvida, são parte de qualquer proposta voltada para a promoção de uma sociedade mais justa.

gráfico 7
redução da extrema pobreza
decompondo a redução no grau de extrema pobreza entre 2003 e 2004

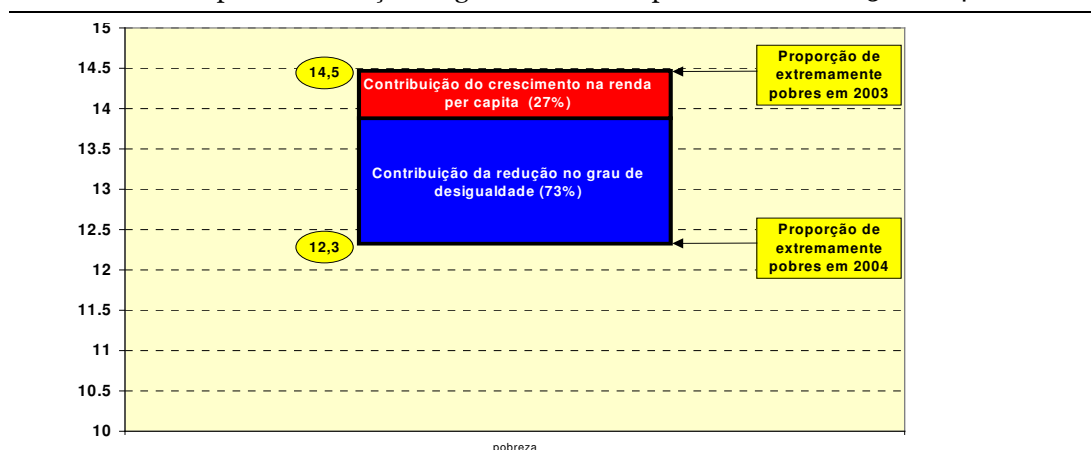
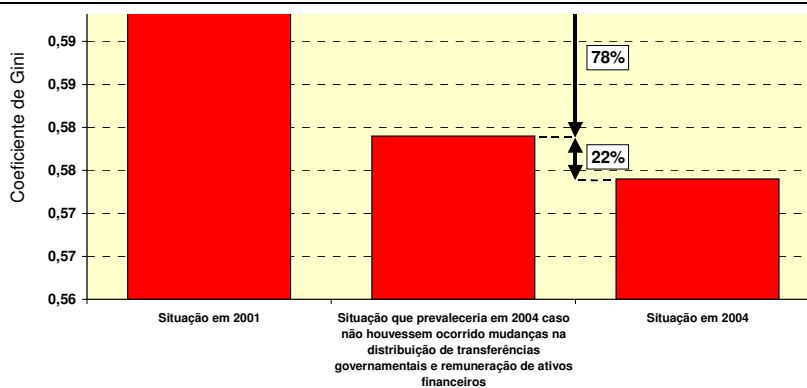




gráfico 8
contribuição do programa Bolsa Família para a redução
da desigualdade de renda no Brasil



Fonte: Ricardo Paes de Barros - IPEA

A ampliação do acesso à educação principalmente ao nível universitário através do ProUni, um programa de subsídios às universidades privadas através de isenção de impostos e taxas, bem como, a introdução de cotas para alunos procedentes do ensino público nas universidades estatais.

Há muito por apresentar sobre o que já foi e está sendo realizado no atual governo conforme vêm demonstrando diversos institutos de pesquisa do país, mas ainda persistem questões a enfrentar:

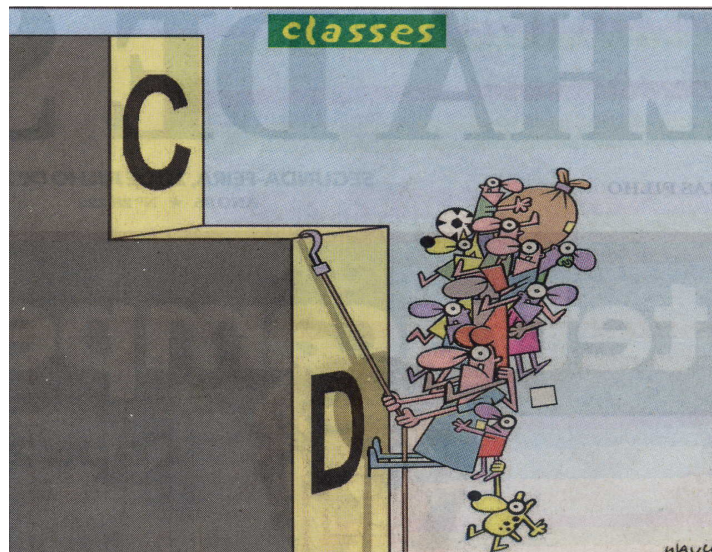
- uma delas é o crescimento da renda financeira em cerca de três vezes mais, do que o rendimento do trabalho, tendo por base o rendimento médio percentual entre 2001 a 2004. Isto favorece ainda os 10% mais ricos do país face aos 20% mais pobres;
- outro sensível desafio é o de fazer acompanhar a rede de serviços públicos sociais e de infra-estrutura na velocidade de cobertura dos benefícios;
- um terceiro grande desafio é o de encontrar saídas de trabalho decente e digno para o grande contingente absorvido no trabalho informal. O país acaba de realizar uma Conferência Nacional de Economia Solidária. Cresce esta alternativa de organização e produção do trabalho, todavia, há ainda muito por fazer para o trabalho, principalmente para as mulheres chefes de família podem vincular trabalho digno a educação dos filhos;
- mas, temos ainda, o enorme desafio em vencer a manifestação de resistência de segmentos da sociedade brasileira: **primeiro** a dificuldade em conceber a pertinência no país de um grande programa que gere subsídios principalmente para crianças embora saibam que é sobre elas que os danos da miserabilidade e da pobreza mais incidem; **segundo**, dificuldade em admitir que todos os brasileiros devem ser tratados como cidadãos com acesso a vida digna e a direitos humanos e sociais; **terceiro**, dificuldade em ser aceito no mundo da



economia e o gasto social é um investimento e não um desperdício sem retabilidade para o crescimento econômico.

De qualquer modo temos que comemorar a melhoria de renda entre os mais pobres. Os dados mostram que de junho de 2002 a junho de 2006, 6 milhões de brasileiros das classes D e E migraram para a C.

A charge de Glauco caricaturista do jornal Folha de S.Paulo mostra o esforço da família em buscar seu ascenso sem deixar ninguém para trás nem o cachorrinho de estimação.



- **Bibliografia:**

MERCADANTE, A. – **Primeiro Tempo: Análise Comparativa do Governo Lula**. São Paulo. Ed. Planeta do Brasil. 2006.

ONU – **The millenium Development Goals Report**. 2006.

UNDP/IPC/IPEA – SOARES, F.V., SOARES, S., MEDERIRIOS, M., OSÓRIO, R.G. - **Cash transfer programmes in Brasil: impacts on inequality and poverty**. 2006.

CUNHA, Rosani – **Programa Bolsa Família**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Brasília. 2006

WERDHEIM, J.E., MOLETO, M. J. (org.) **Pobreza e desigualdade no Brasil. Traçando caminhos para a inclusão social**. UNESCO.Braília. 2003.



Anexo I Conferências de Bem Estar Social realizadas

nº	data	localidade	tema
1ª	July 1928	Paris, France	Social Work and Industry. Public Health. Organizations. Training Personnel. Social Case Work.
2ª	July 1932	Frankfurt, Germany	Social Work and the Family.
3ª	July 1935	London, UK	Social Work and the Community
4ª	Sept.1948	Atlantic City, New York, USA	Housing. Urban and Rural Social Work. Training of Personnel.
5ª	July 1950	Paris, France	Social Work in 1950: its Boundries and its Content.
6ª	Dec. 1952	Madras, India	The Role of Social Service in Raising the Standard of Living.
7ª	June 1954	Toronto, Canada	Promoting Social Welfare through Self-Help and Cooperative Action.
8ª	Aug 1956	Munich , Germany	Industrialisation and its effect on Social Work.
9ª	Dec 1958	Tokyo, Japan	Mobilisation of Resources for Social Needs.
10ª	January 1961	Rome, Italy	Social Work in a Changing World; its Functions and Responsibilities
11ª	August 1962	Rio de Janerio, Brazil	Rural and Urban Community Development.
12ª	Sept 1964	Athens, Greece	Social Progress Through Social Planning. The Role of Social Work.
13ª	August 1966	Washington, USA	Urban Development – Implications for Social Welfare.
14ª	August 1968	Helsinki, Finland	Human Rights and Social Welfare.
15ª	Sept 1970	Manila, Philippines	New Strategies for Social Welfare's Participation in Social Development.
16ª	Aug 1972	Hague, Netherlands	Developing Social Policy in Conditions of Rapid Change: The Role of Social Welfare.
17ª	July 1974	Nairobi , Kenya	Development and Participation – Operational Implications for Social Welfare.
18ª	July 1976	Puerto Rico	Struggle for Equal Opportunity: Strategies for Social Welfare Action.
19ª	July 1978	Jerusalem, Israel	Human Well-Being; Challenges for Social, Economic and Political Action in the 1980s.
20ª	July 1980	Hong Kong	Social Development in Times of Economic Uncertainty.
21ª	Aug/Sept 1982	Brighton, UK	Action for Social Progress: The Responsibilities of Government and Voluntary Organisations.
22ª	Nov 1984	Montreal, Canada	Social Welfare in a World in Crisis: Perceptions and Responsibilities.
23ª	Aug 1986	Tokyo, Japan	Strengthening the Family and the Community: A Significant Contribution to Social Welfare.
24ª	July/Aug 1988	Berlin, Germany	Legislation. Social Welfare. Development.
25ª	June 1990	Marrakesh, Morocco	The Human Dimension of Local Development – How to Accept the Challenge.
26ª	July 1994	Tempere, Finland	The Fight Against Poverty and Inequality on A World Level.
27ª	July 1996	Hong Kong	Societies in Transition. Development in a Political, Economic and Social Context.
28ª	July 1998	Jerusalem, Israel	Promoting Human Well-Being: Addressing the Forces Shaping Society.
29ª	23 – 27 Okt 2000	Cape Town, South Africa	Poverty, Social Welfare and Social Development: Challenges for the 21 st . Century.
30ª	24 – 28 June 2002	Rotterdam, The Netherlands	Bridging the Gaps: Economic, Social, and Cultural Opportunities at Global and Local Levels
31ª	16 – 20 August 2004	Kuala Lumpur, Malaysia	Social Progress and Social Justice

**Anexo II****Referência dos países agregados por blocos da ONU****• África Subsaariana**

1. Angola
2. Benin
3. Botswana
4. Burkina Faso
5. Burundi
6. Cameroon
7. Cape Verde
8. Central African Rep
9. Chad
10. Comoros
11. Congo
12. Cote d'Ivoire
13. Dem Rep of the Congo
14. Djibouti
15. Equatorial Guinea
16. Eritrea
17. Ethiopia
18. Gabon
19. Gambia
20. Ghana
21. Guinea
22. Guinea-Bissau
23. Kenya
24. Lesotho
25. Liberia
26. Madagascar
27. Malawi
28. Mali
29. Mauritania
30. Mauritius
31. Mayotte
32. Mozambique
33. Namibia
34. Niger
35. Nigeria
36. Réunion
37. Rwanda
38. Sao Tome & Principe
39. Senegal
40. Seychelles
41. Sierra Leone
42. Somalia
43. South Africa
44. Sudan
45. Swaziland
46. Togo
47. Uganda
48. United Rep of Tanzania
49. Zambia
50. Zimbabwe

• Sul da Ásia

51. Afghanistan
52. Bangladesh
53. Bhutan
54. India
55. Iran (Islamic Republic of)
56. Maldives
57. Nepal
58. Pakistan
59. Sri Lanka

• Regiões**Desenvolvidas**

60. Andorra
 61. Australia
 62. Austria
 63. Belgium
 64. Bermuda
 65. Canada
 66. Channel Islands
 67. Croatia
 68. Czech Republic
 69. Denmark
 70. Estonia
 71. Faeroe Islands
 72. Finland
 73. France
 74. Germany
 75. Greece
 76. Greenland
 77. Hungary
 78. Iceland
 79. Ireland
 80. Isle of Man
 81. Italy
 82. Japan
 83. Latvia
 84. Liechtenstein
 85. Lithuania
 86. Luxembourg
 87. Malta
 88. Monaco
 89. Netherlands
 90. New Zealand
 91. Norway
 92. Poland
 93. Portugal
 94. San Marino
 95. Slovakia
 96. Slovenia
 97. Spain
 98. Sweden
 99. Switzerland
 100. United Kingdom
 101. United States
- Leste da Ásia**
102. China
 103. Hong Kong SAR of China
 104. Macao SAR of China
 105. Korea, Dem People's Rep of
 106. Korea, Rep of
 107. Mongolia
- América Latina e Caribe**
108. Anguilla
 109. Antigua and Barbuda
 110. Aruba
 111. Bahamas
 112. Barbados
 113. British Virgin Islands

114. Cayman Islands
 115. Cuba
 116. Dominica
 117. Dominican Republic
 118. Grenada
 119. Guadeloupe
 120. Haiti
 121. Jamaica
 122. Martinique
 123. Montserrat
 124. Netherlands Antilles
 125. Puerto Rico
 126. Saint Kitts and Nevis
 127. Saint Lucia
 128. St Vincent & the Grenadines
 129. Trinidad and Tobago
 130. Turks and Caicos Islands
 131. US Virgin Islands
- América Latina**
132. Argentina
 133. Belize
 134. Bolivia
 135. Brasil
 136. Chile
 137. Colômbia
 138. Costa Rica
 139. Ecuador
 140. El Salvador
 141. Falkland Is (Malvinas)
 142. French Guiana
 143. Guatemala
 144. Guiana
 145. Honduras
 146. México
 147. Nicarágua
 148. Panamá
 149. Paraguai
 150. Peru
 151. Suriname
 152. Uruguai
 153. Venezuela

• Oceania e Sudeste Asiático

- Oceania**
154. American Samoa
 155. Cook Is
 156. Fiji
 157. French Polynesia
 158. Guam
 159. Kiribati
 160. Marshall Islands
 161. Micronesia (Fed States of)
 162. Nauru
 163. Niue
 164. New Caledonia
 165. Northern Mariana Is
 166. Palau
 167. Papua New Guinea
 168. Samoa
 169. Solomon Is

170. Tokelau
 171. Tonga
 172. Tuvalu
 173. Vanuatu
- Sudeste Asiático**
174. Brunei Darussalam
 175. Cambodia
 176. Indonesia
 177. Lao People's Dem Republic
 178. Malaysia
 179. Myanmar
 180. Philippines
 181. Singapore
 182. Thailand
 183. Timor-Leste
 184. Viet Nam

• Países Independentes da Ex-URSS (CIS)

- na Europa**
185. Belarus
 186. Republic of Moldova
 187. Russian Federation
 188. Ukraine
- na Ásia**
189. Armenia
 190. Azerbaijan
 191. Georgia
 192. Kazakhstan
 193. Kyrgyzstan
 194. Tajikistan
 195. Turkmenistan
 196. Uzbekistan

• Norte da África e Oeste da Ásia

- Norte da África**
197. Algeria
 198. Egypt
 199. Libyan Arab Jamahiriya
 200. Morocco
 201. Tunisia
 202. Western Sahara
- Oeste da Ásia**
203. Bahrain
 204. Cyprus
 205. Iraq
 206. Israel
 207. Jordan
 208. Kuwait
 209. Lebanon
 210. Occupied Palestinian Territory
 211. Oman
 212. Qatar
 213. Saudi Arabia
 214. Syrian Arab Republic
 215. Turkey
 216. United Arab Emirates
 217. Yemen

• Países de Transição do Sudeste Europeu

218. Albania



- 219. Bosnia and Herzegovina
- 220. Bulgaria
- 221. Romania
- 222. Serbia and Montenegro
- 223. TFYR of Macedonia



Anexo III

População dos países independente e dependentes por população

país	habitantes (est. julho 2005)	país	habitantes (est. julho 2005)
1 China	1.306.313.812	67 Zimbabue	12.160.782
2 Índia	1.080.264.388	68 Guatemala	12.013.907
— União Européia	456.953.258	69 Angola	11.827.315
3 Estados Unidos da América	295.734.134	70 Senegal	11.706.498
4 Indonésia	241.973.879	71 Mali	11.415.261
5 Brasil	186.112.794	72 Cuba	11.346.670
6 Paquistão	162.419.946	73 Zâmbia	11.261.795
7 Bangladesh	144.319.628	74 Sérvia e Montenegro	10.829.175
8 Rússia	143.420.309	75 Grécia	10.668.354
9 Nigéria	128.765.768	76 Portugal	10.566.212
10 Japão	127.417.244	77 Bélgica	10.364.388
11 México	106.202.903	78 Bielorrússia	10.300.483
12 Filipinas	87.857.473	79 República Checa	10.241.138
13 Vietname	83.535.576	80 Tunísia	10.074.951
14 Alemanha	82.431.390	81 Hungria	10.006.835
15 Egito	77.505.756	82 Chade	9.657.069
16 Etiópia	73.053.286	83 Guiné	9.452.670
17 Turquia	69.660.559	84 República Dominicana	9.049.595
18 Irão	68.017.860	85 Suécia	9.001.774
19 Tailândia	64.185.502	86 Bolívia	8.857.870
20 República Democrática do Congo	60.764.490	87 Somália	8.591.629
21 França	60.656.178	88 Ruanda	8.440.820
22 Reino Unido (da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte)	60.441.457	89 Áustria	8.184.691
23 Itália	58.103.033	90 Haiti	8.121.622
24 Coreia do Sul	48.640.671	91 Azerbaijão	7.911.974
25 Ucrânia	46.996.765	92 Burundi	7.795.426
26 Birmânia	46.996.558	93 Benin	7.649.360
27 África do Sul	44.344.136	94 Suíça	7.489.370
28 Colômbia	42.954.279	95 Bulgária	7.450.349
29 Espanha	40.341.462	96 Honduras	7.167.902
30 Sudão	40.187.486	97 Tadjiquistão	7.163.506
31 Argentina	39.537.943	— Hong Kong (China)	6.898.686
32 Polónia	38.557.984	98 El Salvador	6.704.932
33 Tanzânia	36.766.356	99 Paraguai	6.347.884
34 Quênia	33.829.590	100 Israel	6.276.883
35 Canadá	32.805.041	101 Laos	6.217.141
36 Marrocos	32.725.847	102 Serra Leoa	5.867.426
37 Argélia	32.531.853	103 Líbia	5.765.563
38 Afeganistão	29.928.987	104 Jordânia	5.759.732
39 Peru	27.925.628	105 Papua Nova Guiné	5.545.268
40 Nepal	27.676.547	106 Nicarágua	5.465.100
41 Uganda	27.269.482	107 Dinamarca	5.432.335
42 Uzbequistão	26.851.195	108 Eslováquia	5.431.363
43 Arábia Saudita	26.417.599	109 Togo	5.399.991
44 Iraque	26.074.906	110 Finlândia	5.223.442
45 Venezuela	25.375.281	111 Quirguistão	5.146.281
46 Malásia	23.953.136	112 Turcomenistão	4.952.081
47 Coreia do Norte	22.912.177	113 Geórgia	4.677.401
48 Taiwan	22.894.384	114 Eritreia	4.669.638
49 Roménia	22.329.977	115 Noruega	4.593.041
50 Gana	21.946.247	116 Croácia	4.495.904
51 Iémen	20.727.063	117 Moldávia	4.455.421
52 Austrália	20.090.437	118 Bósnia-Herzegovina	4.430.494
53 Sri Lanka	20.064.776	119 Singapura	4.425.720
54 Moçambique	19.406.703	120 República Centro-Africana	4.237.703
55 Síria	18.448.752	121 Nova Zelândia	4.035.461
56 Madagáscar	18.040.341	122 Costa Rica	3.773.057
57 Costa do Marfim	17.298.040	123 Irlanda	3.840.838
58 Camarões	16.988.132	— Porto Rico (EUA)	3.911.299



59	Países Baixos	16.407.491	124	Líbano	3.826.018
60	Chile	15.980.912	125	Congo	3.602.269
61	Cazaquistão	15.185.844	126	Lituânia	3.596.617
país		habitantes (est. julho 2005)	país		habitantes (est. julho 2005)
62	Camboja	13.636.398	—	Jersey	90.812
63	Burkina Faso	13.491.736	181	Granada	89.502
64	Equador	13.363.593	182	Seychelles	81.188
65	Malawi	12.707.464	—	Ilhas Marianas Setentrionais (EUA)	80.362
66	Níger	12.162.856	—	Ilha de Man	75.049
132	Arménia	2.982.904	183	Andorra	70.549
133	Libéria	2.900.269	184	Dominica	69.029
134	Mongólia	2.791.272	185	Antigua e Barbuda	68.722
135	Jamaica	2.735.520	—	Bermudas	65.365
136	Emirados Árabes Unidos	2.563.212	—	Guernsey	65.228
—	Cisjordânia	2.385.615	186	Ilhas Marshall	59.071
137	Kuwait	2.335.648	—	Samoa Americana (EUA)	57.881
138	Letónia	2.290.237	—	Groenlândia (Dinamarca)	56.375
139	Butão	2.232.291	—	Ilhas Faroe (Dinamarca)	46.962
140	Macedónia	2.045.262	—	Ilhas Caymans	44.270
141	Lesoto	2.031.348	187	Saint Kitts e Nevis	38.958
142	Namíbia	2.030.692	188	Liechtenstein	33.717
143	Eslovénia	2.011.070	189	Mónaco	32.409
144	Botsuana	1.640.115	190	San Marino	28.880
145	Gâmbia	1.595.086	—	Gibraltar	27.884
146	Guiné-Bissau	1.413.446	—	Ilhas Virgens Britânicas	22.643
147	Gabão	1.394.307	—	Ilhas Cook	21.388
—	Faixa de Gaza	1.376.289	—	Turks e Caicos	20.556
148	Estónia	1.332.893	191	Palau	20.303
149	Maurícia	1.230.602	—	Wallis e Futuna (França)	16.025
150	Suazilândia	1.138.227	—	Anguilla	13.254
151	Trinidad e Tobago	1.075.066	—	Aruba	71.566
152	Timor-Leste	1.040.880	192	Nauru	13.048
153	Fiji	893.354	193	Tuvalu	11.636
154	Catar	863.051	—	Montserrat	9.341
155	Chipre	780.133	—	Santa Helena	7.460
—	Reunião (França)	776.948	—	Saint Pierre et Miquelon (França)	7.012
156	Guiana	765.283	—	Ilhas Falkland (Malvinas)	2.967
157	Bahrain	688.345	—	Svalbard	2.701
158	Comores	671.247	—	Niue	2.166
159	Ilhas Salomão	538.032	—	Ilha Norfolk	1.828
160	Guiné Equatorial	529.034	—	Tokelau	1.405
161	Djibuti	476.703	194	Cidade do Vaticano	921
162	Luxemburgo	468.571	—	Ilhas Cocos	628
—	Macau (China)	449.198	—	Ilha Christmas (Austrália)	361
—	Guadeloupe (França)	448.713	—	Ilhas Pitcairn	46
163	Suriname	438.144			
—	Martinica (França)	432.900			
164	Cabo Verde	418.224			
165	Malta	398.534			
166	Brunei	372.361			
167	Maldivas	349.106			
168	Bahamas	301.790			
169	Islândia	296.737			
170	Belize	281.084			
171	Barbados	278.870			
172	Saara Ocidental	273.008			
—	Polinésia Francesa (França)	270.485			
—	Antilhas Holandesas (Holanda)	219.958			
—	Nova Caledónia (França)	216.494			
173	Vanuatu	205.754			
—	Guiana Francesa (França)	195.506			
—	Mayotte (França)	193.633			
174	São Tomé e Príncipe	187.410			
175	Samoa	177.287			
—	Guam (EUA)	168.564			



176	Santa Lúcia	166.312
177	São Vicente e Granadinas	117.534
178	Tonga	112.422
—	Ilhas Virgens Americanas (EUA)	108.708
179	Micronésia	108.105
180	Kiribati	103.092